

COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM

Estudo Técnico Preliminar 78/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 65402.000681/2025-95

2. Informação Complementar

A Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria (B Adm Gu SM), criada pela PORTARIA nº 513, de 23 de maio de 2017 e tendo como Diretriz de Implantação a PORTARIA nº 162 – EME, de 05 de junho de 2017 tem como objetivo racionalizar e aprimorar a administração das atividades de apoio, assim como de procedimentos e processos comuns, de caráter administrativo (nas áreas financeira, orçamentária, ambiental e patrimonial) e o atendimento às demandas logísticas das Organizações Militares, Organizações Militares de Saúde e Estabelecimentos de Ensino situados nas Guarnições de Santa Maria - RS e Itaara - RS.

A Seção de Licitação da Guarnição é a repartição da Base Administrativa, criada para consolidar as demandas de 22 Organizações Militares (OM) e realizar de forma centralizada os processos de licitação.

Considerando que dessas 22 OM, 10 (dez) são Unidades Gestoras, e que estas por conta da atribuição da B Adm Gu SM, fazem parte dos processos licitatórios centralizados, onde a UG 160413 - B Adm Gu SM, se configura como Unidade Gestora Gerenciadora, fica responsável por elaborar e coordenar as atividades de planejamentos com as demais 9 (nove) UG, resultando nos artefatos centralizados de Estudos Técnicos Preliminares e Mapa de Gerenciamentos de Riscos.

Tal conduta, está pautada no pronunciamento com efeito vinculante interno por meio do PARECER n. 01887/2020/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU (https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=551578838), acolhido pela e-cju Aquisições como Uniformização de Entendimento, vide link:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/ecju/aquisicoes>.

E ainda, esta UGG está respaldada também pela **NOTA JURÍDICA n. 00001/2024/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, de 09 de abril de 2024**, quanto à unificação dos Estudos Técnicos Preliminares pelo Órgão Gerenciador.

Insta destacar que qualquer órgão estranho ao GCALC, que venha a participar do processo licitatório deverá elaborar todos os artefatos de planejamento de forma individualizada, conforme prevê a legislação em vigor. Entretanto, as unidades participantes são previamente estabelecidas, de modo a não extrapolar a capacidade de Gestão de Atas pela Unidade Gerenciadora.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Planejamento e Aquisições da Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria	89620666020

4. Descrição da necessidade

O Documento de Formalização da Demanda (DFD) foi devidamente autuado no Processo de NUP 65402.000681/2025-95, tendo sido aprovado pela autoridade competente.

Em síntese, a pretensa contratação visa a **eventual e futura aquisição de material de natureza comum (material de expediente)** para atender a Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria suas Organizações Militares Vinculadas administrativamente (Cmdo 3ª DE, Cia C 3ª DE, Cmdo 6ª Bda Inf Bld, Cia Cmdo 6ª Bda Inf Bld, CIBLD, CISM e CASUL), destina-se a necessidade de recomposição do estoque do almoxarifado de materiais para atender as demandas administrativas e técnicas dos Órgão Gerenciador, Órgãos Vinculados e demais Órgãos Participantes do certame. Dessa forma objetiva-se a permanente disponibilidade dos meios de trabalho e consequentemente a não interrupção das atividades administrativas e operacionais das Organizações Militares (OM).

A presente demanda poderá dar origem a uma IRP visando atender mais 10 (dez) UG do Exército localizadas na Guarnição de Santa Maria, considerando a missão da Base Administrativa de racionalizar as licitações de bens e serviços comuns da guarnição militar.

A contratação será efetivada via Sistema de Registro de Preços, sendo este um procedimento auxiliar permitido em lei que facilita a atuação da Administração Pública em relação a futuras prestações de serviços e aquisição parcelada de bens. Não se trata de uma modalidade licitatória, mas sim de um mecanismo para a formação de um banco de preços de fornecedores, que não gera um compromisso efetivo de aquisição. Por essa mesma razão, a indicação de dotação orçamentária por ocasião do instrumento convocatório é desnecessária (ACÓRDÃO Nº 1.279 /2008-TCU-PLENÁRIO).

Nesse sentido, a presente aquisição será conforme o art. 3º, inciso II, III do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023; ou seja, a adoção do SRP nesta licitação justifica-se pela conveniência da aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa. Portanto, a opção pelo SRP neste processo busca: melhor eficiência administrativa, com a possibilidade de as aquisições/contratações serem realizadas de acordo com a necessidade da Instituição; aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento; aquisição rápida e flexível com recursos significativamente menores que os utilizados em um processo licitatório tradicional.

A Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria (UASG – 160413) atua nas racionalizações administrativas para aquisição e materiais no âmbito da Guarnição de Santa Maria, atendendo as Organizações Militares da Guarnição.

Como requisito de exigência para esta contratação, será estabelecido ao fornecedor contratado a apresentação de todas as prerrogativas contidas no termo de referência e no edital.

Não há necessidade de classificar estes Estudos Preliminares como sigilosos, nos termos da Lei nº 12. 527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratada deverá fornecer os materiais conforme as especificações técnicas prescritas no termo de referência. As mercadorias deverão ser entregues em condições ideais de consumo: íntegras, com as características próprias das espécies (cor, aroma, sabor e textura), em adequado estágio de maturação; em condições higiênico-sanitárias adequadas, ou seja, livre de pragas, insetos, danos físicos ou mecânicos, que afetem a aparência e facilitem a proliferação de bactérias deteriorantes.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao produto;
- b) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- c) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; e
- d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Após a homologação do processo licitatório, a contratada deverá respeitar os prazos previstos no termo de referência no que se refere a entrega do material, após a emissão da nota de empenho.

A contratada deverá atender as prescrições relativas ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 7ª edição, de outubro de 2024, no que se refere as características sustentáveis, tais como, Cadastro Técnico Federal, para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08 /2021; só será admitida a oferta do produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

A exigência do critério de sustentabilidade acima estabelecido visa atender ao disposto no art 5º da Lei nº 14.133/2021, no tocante a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Nesse sentido, acatou-se o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis elaborado pelo Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos – NESLIC, da Consultoria-Geral da União, quanto a exigência de registro do fabricante, distribuidor ou importador no Cadastro Técnico Federal – CTF, como forma de assegurar que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

É necessário verificar se o fornecedor é fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou consumidor de recursos ambientais. No caso dos fabricantes, devem ser consultadas as Fichas Técnicas relacionadas à Indústria (categorias 2 a 16). Se os fornecedores forem distribuidores, devem ser consultadas as Fichas Técnicas da categoria 18 (Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio), principalmente as descrições sobre Depósitos, e da categoria 21. Caso sejam importadores, devem ser verificadas as categorias 18, principalmente as descrições referentes a Comércio, e a Categoria 21.

A Ficha Técnica, documento assinado eletronicamente pela Presidente do Ibama, comprova a obrigação ou dispensa de inscrição no CTF/APP, conforme disposto no art. 49 da Instrução Normativa Ibama nº 13/2021.

Para que a presente aquisição de produtos seja contratado e corretamente prestado, os requisitos mínimos abaixo especificados deverão ser levados em consideração a fim de garantir que o produto a ser fornecido e que a empresa contratada apresente a proposta mais vantajosa para a administração pública levando em consideração os princípios da economicidade, sustentabilidade econômica e ambiental.

Requisitos de Especificação Técnica do objeto:

a. aspectos e padrões mínimos de qualidade: amostras e ou catálogos serão solicitados sempre a. aspectos e padrões mínimos de qualidade: que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio julgar necessário para retirar dúvidas quanto a qualidade do produto e adequação aos critérios solicitados na descrição do produto;

b. garantias técnicas: prestar garantias técnicas dos produtos entregues pelo prazo de 90 (noventa dias) a contar da data do recebimento definitivo;

c. As entregas serão realizadas no seguinte endereço: Conforme apêndice B, do termo de referência;

d. temporais: para entrega, recebimentos provisórios e definitivos e pagamento.

O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa a ser definida pela Administração (única ou parcelada, dependendo das necessidades); horário de recebimento de segunda-feira a quinta-feira, de 09:30 às 12:00h e de 13:30 às 17:00 e na sexta-feira, de 08:00 às 12:00 h, mediante prévio aviso, ocasião em que, se for o caso, os bens serão encaminhados aos Setores competentes.

A contratada deverá avisar via telefone, o qual constará no Apêndice B do Termo de Referência, ao responsável pelo almoxarifado o horário pretendido da entrega, pois poderá sofrer alterações no horário de expediente.

Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo responsável do almoxarifado/aprovisionamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, pelos solicitantes, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

e. ambiental: (Deve constar orme consta no Termo de Referência), os licitantes deverão encaminhar o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, e legislação correlata para todos os itens abrangidos.

Quando da confecção do Termo de Referência, sugere-se que a Unidade Gestora Gerenciadora deixe de aplicar o benefício previsto no inciso III do Art 48 da Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com a **JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DE COTAS**, documento este anexado aos autos do presente certame.

Valor máximo aceitável ou Valor estimado:

Caráter sigiloso () Sim ou (x) Não.

6. Levantamento de Mercado

Foram verificadas as condições e exigências do mercado fornecedor para a necessidade levantada, de modo a possibilitar a compatibilidade entre os requisitos propostos pela área demandante e as possíveis soluções que o mercado fornecedor pode proporcionar, em especial no que diz respeito à qualidade dos produtos e prazo de entrega. No entanto, por se tratar de produtos comuns, o mercado fornecedor atenderá de forma satisfatória a futura aquisição, tanto na entrega quanto na qualidade dos produtos.

Para este processo de aquisição, esta Administração deverá realizar pesquisa de preços atualizada para composição do preço dos itens.

Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, permitiu constatar que o material ora licitado, normalmente é adquirido por meio de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), por se tratar de itens que são facilmente encontrados no comércio local e regional. Destaca-se que a quantidade de fornecedores não é restrita pois existem diversas empresas habilitadas que comercializam o material objeto do presente aquisição, no centro do Estado do Rio Grande do Sul, local da sede da licitante.

O SRP, como procedimento para registro formal de preços para contratações futuras, se torna legítimo e eficiente para o caso concreto, uma vez que compreende contratações frequentes; atendimento a mais de um Órgão e por conta da indefinição do quantitativo real a ser demandado, conforme exemplos abaixo:

- Pregão 90015/2025 – UASG 158467
- Pregão 90004/2025 – UASG 926714
- Pregão 90006/2025 – UASG 982691
- Pregão 90092/2025 – UASG 262206

Esta análise comparativa de soluções de mercado visou elencar as alternativas de atendimento à demanda, considerando além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

Na fase de Planejamento da contratação deverá ser tomada a devida cautela para que as condições de aquisição e pagamento dos materiais a serem adquiridos sejam semelhantes às do setor privado.

7. Descrição da solução como um todo

A análise comparativa de soluções de mercado visou elencar as alternativas de atendimento à demanda considerando, as estimativas estabelecidas no certame, o aspecto econômico e os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. O estudo permitiu constatar que a aquisição do material de expediente normalmente são adquiridos por meio de Pregão Eletrônico SRP, por se tratar de produtos simples no mercado e sua entrega não exige a necessidade de obrigações, acessórias por parte dos fornecedores. Destaca-se que a quantidade de fornecedores não é restrita pois existem diversos fornecedores..

Assim, tendo em vista tratar-se somente de aquisição de itens que serão para simples entrega sem a necessidade de obrigações acessórias por parte dos fornecedores, optou-se pela **aquisição por pregão eletrônico pelo sistema de registro de preços**, uma vez que a dificuldade de mensurar a quantidade de bens que será necessário ao longo do ano, bem como dos materiais a serem disponibilizados; além disso, as OM gerenciadora e participantes possuem pessoal qualificado para a prestação dos serviços, sendo esta a maneira mais econômica para a aquisição de Material de Expediente.

A aquisição por meio do pregão eletrônico pelo sistema de registro de preços será realizada conforme o previsto na Lei nº 14.133/21, o Decreto nº 10.024/2019 e o Decreto nº 11.462/3.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos para atender as necessidades dos próximos 12 meses foram baseados nas informações apresentadas pela UASG por meio do Relatório de Memória de Cálculos, o qual foi consolidado com base nas informações levantadas no Relatório de Quantitativos, em que foram considerados a quantidade de materiais, o consumo dos últimos 12 meses, a perspectiva de provisão orçamentária e a necessidade de manutenção de estoque, reserva técnica, necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, implantação de setor, acréscimo de atividades, etc.

Os quantitativos das OM participantes do certame serão baseados nas informações levantadas no Relatório de Memória de Cálculo, no qual serão consideradas as quantidades de produtos em uso, a perspectiva de provisão orçamentária e a necessidade de manutenção de estoque, reserva técnica, necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, acréscimo de atividades, etc.

Os quantitativos para atender as necessidades serão baseados nas informações apresentadas pela UASG Gerenciadora e as demais OM participantes, por meio de Intenção de Registro de Preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme previsto no Art. 40 da Lei nº 14.133/21, O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

.....

V – atendimento aos princípios:

.....

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

.....

Neste contexto e no caso concreto, o parcelamento da solução é viável técnica e economicamente e por não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação.

Seguindo a regra, a adoção do parcelamento do objeto em itens será plenamente aplicável na presente demanda.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.668.284,23

A estimativa de preço da contratação foi alicerçada nos valores do ultimo pregão homologado por esta UASG nº 23/2024.

A estimativa de preços da contratação será realizada pela Equipe 3 da Seção de Licitações, através de pesquisa de preço, conforme Relatório de Pesquisa de Preços.

A elaboração do orçamento detalhado, composto por preços unitários e fundamentado em PESQUISA DE PREÇOS, será realizada em conformidade com os procedimentos administrativos estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de Julho de 2021, e suas atualizações.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação do caso concreto.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual 2025, do **COMANDO DO EXÉRCITO**, com as seguintes informações:

Link: <https://pncp.gov.br/app/pca/00394452000103/2025/219>

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000219/2025

II) Data de publicação no PNCP: 09/05/2024

III) Id do item no PCA: 142/143

IV) Classe/Grupo: 7510 – ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO

V) Identificador da Futura Contratação: 160413-31/2025

12.2 ADEQUAÇÃO AO PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO ÓRGÃO

Declaramos para os devidos fins que a presente contratação se encontra alinhada com o PlanoDiretor de Logística Sustentável (PLS) 2025-2027 da Base Administrativa da Guarnição de SantaMaria, estando em consonância com os objetivos e metas estabelecidos pela AdministraçãoPública.

13. Adesão a Ata de Registro de Preços

13. Adesão à Ata de Registro de Preços

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, uma vez que este certame já visa atender todas Unidades Militares da Guarnição de Santa Maria e Itaara/RS, que irão integrar o Pregão como Unidades Participantes.

Além disso, em razão da capacidade de gerenciamento do órgão gerenciador, tendo em vista a Base Administrativa não possuir estrutura de pessoal para atender mais unidades participantes, será negada a adesão posterior, conforme art. 7º, I e XI, do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023, Art. 7º: Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:
(...)

XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP.

14. Conveniência da participação na IRP

No tocante ao Art 10. do Decreto nº 11.462, de 2023, cabe destacar que a função institucional dessa Organização Militar, conforme Portaria nº 513 – Cmt EB, de 23 de maio de 2017, é de centralizar e racionalizar as contratações de interesse comum das 10 (dez) Unidades Gestoras do Exército Brasileiro, sediadas em Santa Maria e Itaara/RS.

Ao participar de IRP aberta e conduzida por outros órgãos, não soluciona as demandas das demais 10 (dez) UG, uma vez que cada unidade necessitaria participar de forma individualizada nas IRP abertas, correndo o risco de alguma das UG não participar por não ser oportuna para a Unidade Gestora Gerenciadora da IRP aberta.

A participação pela B Adm Gu SM nas IRP em andamento conduzidos por outros órgãos, se torna conveniente, para situações em que seja celebrado contratos centralizados, gerenciados pela B Adm Gu SM em prol das 10 UG, caso contrário não se vislumbra uma solução adequada e oportuna para o cenário em que a UASG está inserida.

Neste contexto, cabe a UASG 160413 (B Adm Gu SM), a responsabilidade institucional de conduzir as IRP, de interesse comum das Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro no âmbito da Guarnição de Santa Maria. Assim, não será consultado IRP em andamento de outros órgãos, pela inconveniência e inviabilidade de coordenação por parte desta UASG no atendimento das demandas de interesse comum das OM de Santa Maria e Itaara

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a aquisição dos produtos elencados no termo de referência, espera-se os seguintes resultados:

- atender a demanda de insumos para manutenção preventiva, corretiva e expansão, fomentando a estrutura já disponível;
- economicidade no valor da contratação em função do ganho de escala da compra centralizada;
- eficiência, tendo em vista a redução do custo administrativo processual em função da redução de processos licitatórios; e
- eficácia com o atendimento das necessidades das diversas Organizações Militares da Guarnição de Santa Maria e Itaara-RS.

16. Providências a serem Adotadas

No momento, não se vislumbra necessidades de providências de adequações para a solução a ser contratada, uma vez que todas as providências foram informadas no campo: Descrição dos Requisitos da Contratação.

17. Possíveis Impactos Ambientais

A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 5º da Lei nº 14.133). Exigir que a empresa que se pretende contratar cumpra parâmetros mínimos de sustentabilidade ambiental na fabricação ou comercialização de seus produtos ou na prestação de serviços, contribuirá de forma decisiva na consecução de seu

dever constitucional. Assim, o Termo de Referência terá a previsão de que as empresas licitantes tenham Cadastro Técnico Federal, para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, visando garantir que os produtos estão sendo fiscalizados pelos órgãos competentes.

Cabe ressaltar que as Organizações Militares contratantes deverão possuir Plano de Gestão Ambiental, com a previsão da destinação adequada das embalagens provenientes dos produtos objeto da licitação, de acordo com o previsto na Portaria nº 001-DEC, DE 26 de setembro de 2011.

Desta forma, deverá ser incluído no Edital como obrigação da contratada, os critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A declaração da viabilidade da contratação expressa nesta seção apresenta a justificativa da solução escolhida, abrangendo a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Nesse sentido, o planejamento em tela almeja os seguintes resultados:

- Economia no valor da aquisição em função do ganho de escala;
- Eficiência com a diminuição do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- Efetividade com a padronização dos produtos e oferta de uma solução que objetiva maior produtividade e colaboração entre as equipes;

Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis.

Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



MILTON CESAR VILLANOVA DOS SANTOS

Equipe de Planejamento da Contratação



VITOR RUARO SANTOS

Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado digitalmente

ADROALDO PEREIRA

Data: 18/12/2025 11:32:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ADROALDO PEREIRA

Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado digitalmente

CRISTIANO LUIS FLACH

Data: 24/12/2025 12:41:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CRISTIANO LUIS FLACH

Equipe de Planejamento da Contratação